



**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO**

**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO
DE 2005**

A reunião foi conduzida pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, com participação de representantes dos seguintes órgãos: MME; ANEEL; ONS; EPE; CCEE; e PETROBRAS, conforme lista de presença constante do anexo II.

I. Abertura:

O Sr. Ministro procedeu a leitura da pauta, solicitando que o Secretário de Energia Elétrica fizesse um balanço acerca dos assuntos que serão abordados pelo Comitê nesta reunião.

O Secretário de Energia Elétrica reafirmou a necessidade do CMSE acompanhar a evolução do cronograma de conversão das UTE's para bi-combustível, bem como verificar o andamento das obras de implantação dos gasodutos, fazendo referência às decisões anteriores do Comitê no sentido dos membros serem periodicamente informados acerca desses assuntos, em especial no que concerne à conversão e a conseqüente disponibilização de combustível para as usinas térmicas.

Na seqüência, o Sr. Ministro convidou a PETROBRAS para dar início à sua apresentação, tendo mais uma vez ressaltado a importância da questão das térmicas no contexto energético brasileiro neste momento.

II. Itens 1 e 3 da pauta – Apresentação da PETROBRAS : Logística de Suprimento de Combustível para as UTE's e Cronograma da Conversão das UTE's para Bi-Combustível

Informou a PETROBRAS que estão em processo de conversão para bi-combustível nove UTE's, duas a mais do acordo anteriormente firmado com o CMSE/MME (o

equivalente em gás a ser liberado está mantido). São elas: Canoas, Termorio, Termobahia, Nova Piratininga, Ibité, Eletrobolt, Termoceará, Cubatão e Termoaçu. A PETROBRAS informou que está trabalhando com um número maior de usinas do que as 7 (sete) informadas na Carta Pres-66/05 de 16/03/05, para aumentar a segurança da conversão da capacidade informada anteriormente.

O diesel a ser utilizado será o tipo D-Metropolitano importado, sendo que o suprimento será feito diretamente pela refinaria ou porto mais próximo.

Respondendo a uma indagação da ANEEL e do ONS, a PETROBRAS informou que a opção do diesel ao invés de óleo combustível tem razões de ordem técnica, pois segundo a empresa, as configurações das turbinas não aceitam outro tipo de combustível líquido.

O cronograma apresentado pela PETROBRAS indica que seis usinas estarão totalmente convertidas em setembro de 2006, uma usina em dezembro de 2006 (Termoceará) e duas usinas em fase de projeto/construção (Cubatão e Termoaçu, ambas para 2007)).

Consultado pelos membros do CMSE, os representantes da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do MME - SPG, informaram que mantém estrito controle do andamento do cronograma, mantendo reuniões periódicas de avaliação com a PETROBRAS.

O Sr. Ministro questionou a PETROBRAS sobre a situação das licenças ambientais, tendo aquela empresa informado que a única possibilidade de atraso no cronograma seria por conta de atos que dependam de terceiros, por exemplo, a não obtenção das competentes licenças ambientais. A PETROBRAS afirmou que está tomando todas as medidas ao seu alcance para a conversão das usinas.

Indagada pelos demais membros do CMSE acerca da situação das licenças e das eventuais dificuldades encontradas junto aos órgãos ambientais, a PETROBRAS apresentou um quadro detalhando a evolução de cada processo de licenciamento, informando que os órgãos ambientais estaduais colocam alguma restrição em conceder as licenças plenas para as térmicas operarem 365 dias/ano com combustível líquido, uma vez que isso ultrapassaria os limites de emissão de poluentes das regiões do entorno das usinas.

O Sr. Ministro informou à PETROBRAS que está disponibilizando os recursos necessários do MME/SPG para acompanhar a empresa quando de visitas aos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento, bem como na solução das eventuais pendências existentes, a fim de que sejam prestadas todas as informações necessárias a cargo do Poder Concedente, inclusive no sentido de reafirmar a importância estratégica das UTE's para o setor elétrico brasileiro.

A SPG ponderou ao CMSE ser importante que a PETROBRAS disponibilize o cronograma de conversão das térmicas com o de acordo dos órgãos ambientais para que seja possível compatibilizar o cronograma físico com o cronograma de licenciamento ambiental, e que isso ocorra em tempo real.

A ANEEL indagou a PETROBRAS se a importação de gás (GNL) não seria mais econômica, do que a utilização do diesel para a eventual operação das térmicas em bi-combustível. Em resposta, a empresa informou que do ponto de vista econômico o GNL seria uma alternativa adequada, entretanto tal medida torna-se inviável do ponto de vista do prazo assinalado para a conversão das usinas, uma vez que para a tancagem de GNL, seriam necessários cerca de 36 meses, o que comprometeria o cronograma fixado.

Ainda sobre essa questão, relatou a PETROBRAS que já existe um Grupo na empresa estudando permanentemente a situação apontada pela ANEEL.

Recomendações: (i) O CMSE recomendou à PETROBRAS que atue junto aos órgãos ambientais competentes a fim de que seja obtido um de acordo no cronograma físico das UTE's que estão sendo convertidas, a fim de que haja compatibilização com o cronograma de licenciamento ambiental ; (ii) que a PETROBRAS encaminhe ao MME/SPG, permanentemente o avanço e a compatibilização dos cronogramas físico e ambiental das UTE's em processo de conversão; (iii) que o MME, por meio da SPG e demais órgãos, passe a acompanhar a PETROBRAS nas visitas e reuniões da empresa com os órgãos ambientais, no sentido de que seja dado o apoio institucional necessário.

Determinação: Considerando a situação apontada pela PETROBRAS quanto às dificuldades nos processos de licenciamento ambiental das UTE's a serem convertidas, decidiu o CMSE que caberá ao ONS informar qual será a probabilidade de despacho das térmicas para que a PETROBRAS possa interagir junto aos órgãos públicos encarregados do

licenciamento, utilizando esse instrumento como estratégia de convencimento da necessidade de ser obtidas licenças plenas para as UTE's em processo de conversão. A fim de legitimar e dar maior poder de persuasão, assegurando o interesse institucional da União, deverá o ONS obter o de acordo do MME/SPG, nessa informação antes de repassá-la à PETROBRAS.

III. Item 2 da pauta – Apresentação da PETROBRAS do Cronograma de Implantação dos Gasodutos

A PETROBRAS apresentou cronograma de construção dos gasodutos, constando do material anexo a esta Ata, a evolução e indicação pormenorizada de cada gasoduto em construção ou em fase de projeto.

A PETROBRAS, afirmou que está tomando as providências necessárias para mitigar falhas no suprimento de combustível para as térmicas até 2008. Para o período após 2008, estão sendo viabilizadas novas alternativas de suprimento, dentre as quais, a construção do gasoduto Gasene e a produção de gás adicional, como constante no Planejamento Estratégico 2006-2015.

Determinação: A fim de aprimorar o acompanhamento do cronograma dos gasodutos, deverá a SPG atualizar seus dados relativos aos gasodutos em construção, compatibilizando-os com o cronograma de fornecimento de gás, enviando relatório ao ONS para que o ONS possa avaliar a capacidade de geração térmica, principalmente na região Nordeste.

IV. Item 4 da pauta – Assuntos Gerais: Apresentação pela PETROBRAS envolvendo análise acerca da situação do preço do gás para as térmicas integrantes do PPT

A PETROBRAS apresentou ao CMSE sua análise dos custos e reflexos no preço atribuído ao gás natural para suprimento das térmicas integrantes do PPT.

Com a construção das térmicas integrantes do PPT, caberia à PETROBRAS ou a terceiros firmar contratos de suprimento firme de gás. A empresa esclarece que somente pode assumir obrigações por força de lei ou contrato. Atualmente, conforme exposição da PETROBRAS, somente quatro contratos de térmicas do PPT, de propriedade de terceiros, estão assinados, a saber: Termopernambuco, Norte Fluminense, Juiz de Fora e Termofortaleza, que

demandam cerca de 7,4 milhões de m³ /dia de gás. A UTE Araucária chegou a assinar contrato, posteriormente rescindido por falta de pagamento.

Após o término do racionamento, e conseqüente retração da demanda por energia elétrica, não houve interesse por parte das térmicas em firmar contratos de gás. Sem esse mercado e buscando reduzir o impacto dos custos assumidos no contrato com a Bolívia, a PETROBRAS destinou o gás descontratado para as distribuidoras estaduais.

Na sua apresentação, a PETROBRAS informa que estão sendo feitos investimentos da ordem de US\$16,3 bilhões no período 2006-2010, na área de pesquisa e exploração de novas áreas de gás natural, incluídos os investimentos de parceiros privados.

A título de informação, foi apresentada uma simulação onde o preço do gás estimado em função do Custo Marginal de Expansão, seria da ordem de US\$5 /MMBTU .

Com relação ao preço da energia gerada em térmicas a gás com combustível líquido, o entendimento do CMSE, ratificado pelo MME acerca da questão, é que houve acordo da PETROBRAS com o CMSE no sentido de que as térmicas integrantes do PPT seriam despachadas a preço do gás, cabendo inclusive à PETROBRAS arcar com os custos decorrentes de uma eventual utilização de diesel em substituição ao gás.
